



**Poder Judiciário**  
**Justiça Comum**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**

# **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO nº 2023101651 (PA-TJ)**

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição, requisitando pagamento de honorários em favor de SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA, pela perícia realizada no processo n. 0800779-33.2018.8.15.0151, movido por DAMIÃO VALENÇO GOVÊA, em face de MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA,

Data da Autuação: 03/07/2023

Parte: Saulo Pércles Brocos Pires Ferreira e outros(1)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235117957

Nome original: Ofício Requisatório (RPV) (1).pdf

Data: 30/06/2023 13:06:45

Remetente:

Deijair Vieira da Silva

Vara Única de Conceição

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.



Número: **0800779-33.2018.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **28/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DAMIAO VALENZO GOVEA (AUTOR)		LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO)	
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA - PB (REU)		JOSE MARCILIO BATISTA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75125514	26/06/2023 07:56	<a href="#">Ofício Requisitório (RPV)</a>	Ofício Requisitório (RPV)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE CONCEIÇÃO

Juízo da Vara Única

Rua Antônio Gonzaga, s/nº, Conceição - PB - CEP: 58970-000

Tel.: ( ) ; e-mail:con-vmis01@tjpb.jus.br

Telefone do Telejudiciário: (83) 3453-2263 ou (83) 99143-4896

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

Nº Processo: 0800779-33.2018.8.15.0151

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, Desembargador JOÃO BENEDITO DA SILVA,

Considerando que o(a) Senhor(a) SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA aceitou o encargo de perito, venho requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo à despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo, ainda, que a parte REQUERENTE: DAMIÃO VALENZO GOVÊA, é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho constante no id. 15152734 dos autos

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. 0800779-33.2018.8.15.0151

1.1.2 Natureza da ação: Ação de Cobrança

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: Vara Única da Comarca de Conceição-PB



1.1.4 Autor (es): REQUERENTE: DAMIÃO VALENÇO GOVÊA, CPF: 023.275.514-04

1.5.1 Réu (s): REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA-PB,  
CNPJ: 09.0150.087/0001-58

1.1.6 Natureza do serviço: ( ) Tradução ( ) Interpretação (X) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: ( ) Adiantamento (X) Finais

1.1.8 Valor arbitrado R\$ 370,00(trezentos e setenta reais)

## 1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA

1.3.2 Endereço: Praça Galdino Pires, nº 04, Cajazeiras/PB

1.2.3 Telefone (s): (83) 99373-5982

1.2.4 CPF:186.231.504-59

1.2.5. Banco: Banco do Brasil S/A 1.2.6. Agência: 3165-8 1.2.7 Conta-Poupança:29.073-4

1.2.6 Inscrição INSS: ou 1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: 132.27797.64-9

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: CONFEA nº 1801132518-5

Nota: O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao conselho.

## 1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Conceição/PB, 22 de junho de 2023.

Deijair Vieira Silva

Analista Judiciário

Mat. 472149-7

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



Francisco Thiago da Silva Rabelo/ Juiz(a) de Direito



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO THIAGO DA SILVA RABELO - 26/06/2023 07:56:56  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23062607565618400000070781955>  
Número do documento: 23062607565618400000070781955

Num. 75125514 - P 03

Documento 1 página 5 assinado, do processo nº 2023101651, nos termos da Lei 11.419. ADME.24156.38861.64758.41045-4  
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 03/07/2023 09:02



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235117958

Nome original: Despacho (10).pdf

Data: 30/06/2023 13:06:45

Remetente:

Deijair Vieira da Silva

Vara Única de Conceição

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.



Número: **0800779-33.2018.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **28/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DAMIAO VALENZO GOVEA (AUTOR)		LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO)	
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA - PB (REU)		JOSE MARCILIO BATISTA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15152734	09/07/2018 10:19	<a href="#">Despacho</a>	Despacho





TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

1ª Vara Mista de Conceição

PROCEDIMENTO COMUM (7)

Processo nº 0800779-33.2018.8.15.0151

AUTOR: DAMIAO VALENZO GOVEA

RÉU: MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA - PB

## DESPACHO

Vistos, etc.

**Defiro a gratuidade judiciária requerida** (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

Não obstante o teor do art. 334 do CPC, a prática forense tem demonstrado que a audiência de conciliação/mediação, em regra, não tem servido ao fim conciliatório e à celeridade processual, limitando-se os representantes judiciais do requerido a apresentar as respectivas peças de defesa.

Assim, postergo a audiência de conciliação para após a contestação, caso haja interesse das partes em sua realização.

**Cite-se** a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 30 (trinta) dias, contados na forma do art. 183, NCPC<sup>1</sup>, devendo advertir-se, que caso considere possível conciliar, deve a resposta conter tal informação, para análise quanto a necessidade de designação de audiência.

**Uma vez apresentada a contestação**, intime-se a parte autora, via patrono, para apresentar impugnação à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias<sup>2</sup>.



**Decorrido o prazo**, com ou sem impugnação, e, uma vez que se trata de matéria de direito, **sendo dispensável audiência de instrução**, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, **de forma objetiva e fundamentada**, no prazo de 10(dez) dias, apontando os pontos contraditórios e controvertidos, sob pena de preclusão, ou requerem o julgamento antecipado da lide.

CONCEIÇÃO, PB.

1Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

2Art. 350, NCPC. Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.





Número: **0800779-33.2018.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **28/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DAMIAO VALENZO GOVEA (AUTOR)		LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO)	
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA - PB (REU)		JOSE MARCILIO BATISTA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
65777076	08/11/2022 13:11	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
66218127	17/11/2022 18:52	<a href="#">Portaria de Designação</a>	Portaria de Designação
66220124	17/11/2022 20:02	<a href="#">Carta</a>	Carta
66359977	21/11/2022 20:22	<a href="#">Informação</a>	Informação



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Conceição**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800779-33.2018.8.15.0151

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Diligencie a escrivania em busca de outro perito para realização do ato, realizando para tanto, pesquisa junto ao quadro dos peritos cadastrados no site do TJPB, preferencialmente os que atuam nessa região, ficando desde de já autorizada a sua nomeação, devendo cumprir os demais termos do despacho anterior.

Conceição, datado e assinado eletronicamente.

**Fco. Thiago da S. Rabelo**

**JUIZ DE DIREITO**



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE CONCEIÇÃO  
  
JUÍZO DA VARA ÚNICA

**PROCESSO Nº 0800779-33.2018.815.0151**

**Promovente: DAMIÃO VALENZO GOVÊA, CPF nº 023.275.514-04**

**Promovido: Município de Santana de Mangueira - PB**

**NOMEAÇÃO DE PERITO**

Cumprindo o determinado no despacho contido no id. dos autos supramencionados, nomeio como perito o engenheiro de segurança do trabalho, **Dr. SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA**, CPF nº 186.231.504-59, RG nº 4.986.865-SSP/PB, com registro no CONFEA sob o nº 1801132518-5, cadastrado no quadro de peritos do TJ/PB, com atuação nesta região, residente e domiciliado na Praça Galdino Pires, nº 04, Centro, Cajazeiras – PB, e-mail: [pepepires17@gmail.com](mailto:pepepires17@gmail.com), para proceder à perícia no local de trabalho do promovente, devendo cumprir escrupulosamente o encargo, independentemente de termo de compromisso (art. 422, do CPC).

Conceição, 17 de novembro de 2022.

Deijair Vieira Silva

Analista Judiciário

Mat. 472.149-7





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**Vara Única de Conceição**

PROCESSO Nº 0800779-33.2018.8.15.0151

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Adicional de Insalubridade]

AUTOR: DAMIAO VALENZO GOVEA  
REU: MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA - PB

**CARTA DE INTIMAÇÃO**

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, intimo o **Dr. SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA**, CPF nº 186.231.504-59, RG nº 4.986.865-SSP/PB, com registro no CONFEA sob o nº 1801132518-5, cadastrado no quadro de peritos do TJ/PB, com atuação nesta região, residente e domiciliado na Praça Galdino Pires, nº 04, Centro, Cajazeiras – PB, e-mail: [pepepires17@gmail.com](mailto:pepepires17@gmail.com), perito nomeado (cópia da portaria em anexo) para, **no prazo de 10 (dez) dias**, designar dia, hora e local para realização exame pericial no ambiente de trabalho da parte promovente, independentemente de compromisso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, oportunidade em que deverá formular sua proposta de honorários, ficando o aludido perito ciente de que os mesmos serão pagos pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, após a apresentação do laudo, nos termos da Resolução 09/2017.

CONCEIÇÃO-PB, 17 de novembro de 2022.

**DEIJAIR VIEIRA SILVA**  
Chefe de Cartório



---

**Re: CARTA DE INTIMAÇÃO - PROC. 0800779-33.2018.815.0151**

---

**De :** saulo pericles <pepepires17@gmail.com>      sáb, 19 de nov de 2022 10:32  
**Assunto :** Re: CARTA DE INTIMAÇÃO - PROC.  
0800779-33.2018.815.0151  
**Para :** Deijair Vieira Silva <dejair.silva@tjpb.jus.br>

Prezados Senhores

Acuso o recebimento da portaria de minha nomeação como perito para atuar no processo supra mencionado. No prazo legal eu envio a carta de aceitação e os demais requisitos que essa deve conter. Agradeço antecipadamente.

Sem mais para o momento. Renovo meus protestos de estima e consideração.

Engº Saulo Pericles Brocos Pires Ferreira

Em sáb., 19 de nov. de 2022 10:25, saulo pericles <[pepepires17@gmail.com](mailto:pepepires17@gmail.com)> escreveu:

Prezados Senhores.

Acuso o recebimento da intimação do processo supra, e no prazo legal enviarei a carta de aceitação com todos os requisitos que essa carta deve conter.

Agradeço desde já

Atenciosamente

Engº Saulo Pericles Brocos Pires Ferreira

Em qui., 17 de nov. de 2022 20:44, Deijair Vieira Silva <[dejair.silva@tjpb.jus.br](mailto:dejair.silva@tjpb.jus.br)> escreveu:

Ilustríssimo Dr. Saulo,

Solicito-lhe acusar o recebimento da carta de intimação em anexo.

Att. Deijair Vieira Silva

Analista Judiciário

Mat. 472149-7

---

**De :** saulo pericles <pepepires17@gmail.com>      sáb, 19 de nov de 2022 10:25  
**Assunto :** Re: CARTA DE INTIMAÇÃO - PROC.  
0800779-33.2018.815.0151  
**Para :** Deijair Vieira Silva <dejair.silva@tjpb.jus.br>

Prezados Senhores.

Acuso o recebimento da intimação do processo supra, e no prazo legal enviarei a carta de aceitação com todos os requisitos que essa carta deve conter.

Agradeço desde já

Atenciosamente

Engº Saulo Pericles Brocos Pires Ferreira

Em qui., 17 de nov. de 2022 20:44, Deijair Vieira Silva <[dejair.silva@tjpb.jus.br](mailto:dejair.silva@tjpb.jus.br)> escreveu:

Ilustríssimo Dr. Saulo,



Solicito-lhe acusar o recebimento da carta de intimação em anexo.  
Att. Deijair Vieira Silva  
Analista Judiciário  
Mat. 472149-7

---

**De :** Deijair Vieira Silva <deijair.silva@tjpb.jus.br>      qui, 17 de nov de 2022 20:43  
**Assunto :** CARTA DE INTIMAÇÃO - PROC.      2 anexos  
0800779-33.2018.815.0151  
**Para :** DR SAULO - ENGENHEIRO PERITO  
<pepepires17@gmail.com>

Ilustríssimo Dr. Saulo,  
Solicito-lhe acusar o recebimento da carta de intimação em anexo.  
Att. Deijair Vieira Silva  
Analista Judiciário  
Mat. 472149-7

---

**Portaria de Designação.pdf**  
21 KB

**Carta.pdf**  
25 KB

---







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235117959

Nome original: Laudo Pericial.pdf

Data: 30/06/2023 13:06:45

Remetente:

Deijair Vieira da Silva

Vara Única de Conceição

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.



Número: **0800779-33.2018.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **28/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DAMIAO VALENZO GOVEA (AUTOR)		LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO)	
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA - PB (REU)		JOSE MARCILIO BATISTA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67768945	09/01/2023 12:14	<a href="#">Laudo Pericial</a>	Laudo Pericial

## LAUDO TÉCNICO PERICIAL

Laudo Técnico Nº 18/2022

REFERÊNCIA: PROCESSO COMUM CÍVEL

Nº DO PROCESSO: 0800779-33.2018.815.0151

Partes do processo:

RECLAMANTE: DAMILÃO VALENÇO GOUVEIA.

RECLAMADO: MUNICÍPIO SANTANA DE MANGUEIRA-PB.

Responsável por este Laudo Técnico: Saulo Pericles Brocos Pires Ferreira.

Engenheiro Mecânico, Advogado, com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho  
CONFEA 180.113.258-5, OAB – PB 11.455

### LAUDO TECNICO DE AVALIAÇÃO DE CONDIÇÃO DE TRABALHO – INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

**1.1 - Finalidade da Avaliação:** O objetivo dessa avaliação é identificar as reais condições de trabalho exercidas pelo reclamante, e se nas condições verificadas existe a ocorrência de situação de trabalho que envolva insalubridade ou periculosidade. Sendo aceita a incumbência em 22 de novembro do corrente, conforme agendamento. Na petição acostada da parte do Reclamante foram acostados quesitos, esses serão respondidos no final, antes da conclusão do laudo. No final emitir-se-á a declaração que este perito é signatário.

**2.1 - Data da diligência:** Foi efetuada uma única diligência no local de trabalho pelo perito, começando às 12.00 hs do dia 28 de dezembro de 2022.

**2.2 – Local da diligência:** Primeiramente na sede da Prefeitura Municipal, onde o perito foi atendido pelas representantes do Prefeitura, como se tratava de um servidor que tem o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, tem que a incumbência de abrir o PSF, limpar e desinfetar todos os ambientes, tanto internamente, quanto externamente, inclusive os leitos dos pacientes que foram internados, internados, auxiliar os outros servidores dentro de suas possibilidades, e no final do expediente limpar e desinfetar todos os locais, em seguida fechar o PSF. O Autor é o primeiro servidor a adentrar o PSF e o último a deixá-lo.

**2.3 - Como se deu a vistoria:** O perito verificou que o município não dispõe de Lei municipal específica que dispõe sobre essas situações deletérias, então vamos fazer uso da NR15 do MTE no seu anexo XIII, que dispõe sobre agentes químicos, que a Autor tem contato com pacientes infectados e esta sujeito a vários agentes que proporcionam risco biológicos, trabalhava com o descarte de materiais contaminados tais como, agulhas, seringas, gases contaminados e sujos de sangue é de outros elementos contendo patologias diversas que incluem vomitos, secreções diversas contendo patologias e durante o expediente e ao final dele, efetuar a limpeza e descontaminação de todo o ambiente de trabalho, fazendo o descarte de todos os materiais do PSF, e ao final fazer uma vistoria e trançar o PSF. O servidor e o primeiro a entrar e o último a sair. A prefeitura não o servidor não utiliza nenhuma EPI pois a demandada não fornecer qualquer tipo de equipamento de proteção individual conforme informações colhidas com o autor.

Por tudo o que foi verificado na vistoria de 28 de dezembro de 2022, conclui-se que o autor esta em contato permanente com agentes com risco biológico, como o disposto no Anexo o disposto no anexo XIV da NR15 do MTE, que reproduzo: **“INSALUBRIDADE EM GRAU MEDIO: Trabalho com agentes biológicos em contato permanente com... – Hospitais, serviços de emergência, enfermagem, etc.”**

Assinado eletronicamente por: DEIJAIR VIEIRA SILVA - 09/01/2023 12:14:58  
https://pje.tipb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23010912145793900000063999693  
Número do documento: 23010912145793900000063999693

enfatizado pelo perito), inclusive sendo responsável pelo descarte das seringas que foram utilizadas e são necessárias de serem descartadas. Tudo isso o que reforça a situação pedida pelo Reclamante.

**2.4- resultado da vistoria:** o perito visitou o local onde a reclamante exerce seu labor e se informou que a Autor exerce efetivamente o trabalho de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS do PSF, com tudo o que já foi explanado acima, o labor exercido pelo Reclamante dá a esta perito a seguinte calçada em todos os subsídios elencados, uma base para que se conceda um adicional de insalubridade pleiteado pela reclamante em grau médio. De 20%. Incidindo sobre seu salário base.

## 2.0 – QUESTITOS DA PROMOTIDA

1 – Informe o Sr. Perito, quais os de trabalho do autor e horários? Elabore um croqui com todos os detalhes

R – O local de trabalho do autor e PSF do município de Santana de Mangueira. Nessa visita de um dia não seria possível elaborar um croqui, pois o perito não teve acesso a planta do local de trabalho.

2 – Informe o Sr. perito, tendo em vista o local de trabalho do autor constante no quesito anterior, se as atividades de risco são aquelas constantes na NR 15, elabore croquis, observando o que determina a referida norma regulamentar, para melhores esclarecimentos.

R – As atividades desenvolvidas pelo autor são as constantes na NR 15, anexo 14 que trata de agentes biológicos e propociona uma **insalubridade de grau médio**. Trabalho e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infectocongente em hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, posto de vacinação e outros locais. Como a vistoria demandou apenas algumas horas não foi possível elaborar o croquis que requeridos, para isso seria necessário outra vistoria para ser executada por o pessoal especializado. Sendo muito dispendioso a elaboração desses croquis.

3 - Protesta desde já a apresentação de quesitos complementares ou suplementares conforme faculta a legislação em vigor.

R: Nenhum quesito suplementar ou complementar se faz necessário para a conclusão dessa perícia.

## 2.1 – QUESTITOS DO AUTOR

1 – Qual o trabalho que o autor desempenha no município e por quanto tempo (desde quando) exerce essa função?

R – O Autor desempenha o labor de abrir, limpar e desinfetar o PSF, deixando-o em condições para que os outros profissionais exerçam o seu labor, médicos, dentistas enfermeiros ACD's, e outros efetuar seus serviços com melhor eficiência. Limpar os resíduos ou dejetos das árvores da cidade, e desempenha essa função desde quando assumiu esse cargo, não é do mister desse profissional procurar decretos ou portarias para atestar esse tempo de serviço, isso fica a cargo de outros profissionais responsáveis pela burocracia do município.

2 – Para realizar suas funções laborais o autor fica exposto a algum agente nocivo, depreciação ou insalubre? Caso positivo descrever quais.

Assinado eletronicamente por: DEIJAI R VIEIRA SILVA - 09/01/2023 12:14:58  
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23010912145793900000063999693  
Número do documento: 23010912145793900000063999693

R – vamos por partes: o autor fica exposto a agentes considerados insalubres? Sim, pois esse labor no interior do PSF, local onde trabalham outros servidores em contato direto com agente químicos e biológicos, e mesmo que o servidor não esteja em contato direto com esses agentes que fazem o atendimento, fica também de certa forma exposto a tais agentes deletérios, e ainda depois do expediente o autor tem que recolher os materiais e acomodá-los para um futuro descarte. Tudo isso reforça a convicção de que o servidor está sujeito a condições de insalubridade inerentes aos dos profissionais que exercem seu labor diretamente com os pacientes.

3 – O trabalho do autor é realizado a céu aberto?

R – na parte em que exerce o trabalho de fazer a limpeza da área externa do PSF, sim, mas a maior parte do tempo o Autor trabalha no interior do PSF.

4 – para realizar suas funções, o autor fica exposto diretamente ao sol

R – já respondido no item 3.

5 – O trabalho do autor gera exposição a calor excessivo?

R – já respondido no item 3

6 – haveria uma forma de evitar a exposição do autor diretamente ao sol e calor excessivo no desempenho de seu trabalho normal?

R – sim, poderia haver, mas no caso em tela, o autor trabalha a maior parte do seu expediente dentro do PSF, então não acha esse perigo relevante essa questão.

7- a insalubridade que atinge o autor é eventual ou cotidiana (diária)?

R – Cotidiana

8 – qual o grau de insalubridade que atesenta o trabalho do autor?

R – em termos específicos de insalubridade: encontramos as de risco químico e Risco biológico, que na opinião desse perito, devem essas serem compensadas com um adicional em grau médio de 20%, conforme o disposto nos itens 13 (riscos químicos) e 14 (riscos biológicos). Esses riscos se apresentam como muito mais deletérios à saúde por causa de o servidor não ter recebido nenhum EPI por parte da Promotida.

9 – A insalubridade apresentada é contemporânea a data em que o autor começou a trabalhar no Município?

R- Prejudicada, pois essa informação deve ser obtida junto a secretaria de Administração do município e não ao perito, que é responsável somente pela parte técnica, ou seja, a avaliação dos riscos e situações deletérias à saúde e inculminidade do autor.

10 – O Município fornece algum equipamento de proteção para evitar ou diminuir os agentes insalubres que acometem o serviço diário do autor?

Assinado eletronicamente por: DEIJAI R VIEIRA SILVA - 09/01/2023 12:14:58  
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23010912145793900000063999693  
Número do documento: 23010912145793900000063999693

R - Segundo informacoes do autor, nenhum EPI lhe foi fornecido, e durante a vistoria efetuada pelo perito, não foi verificado nenhum EPI utilizado no seu labor.

11 - Caso fornecia, em que frequencia recebia os equipamentos de proteção?

R - Prejudicada, pois segundoss informacoes colhidas, o 'seguinpio nao fornecia tais equipamentos.

12 - Há outras informacoes, sobre outroseventos insalubresdiversos mencionados na petição inicial que podem ser úteis à solução da lide.

R - Sobre insalubridade, tudo o que tinha esse perito a informa, já foi exposto, não tendo esse perito nada mais a acrescentar.

  
São Paulo, 01 de Janeiro de 2023.  
Deijair Vieira Silva  
Advogado  
OAB/SP 100.113.259-1  
REG. CONFEIA 100.113.259-1





#### 4.1 – CONCLUSÃO DA PERÍCIA

Então perante o exposto, no entender desse perito, existe uma situação de insalubridade a ser compensada através de adicional, sendo esse adicional na avaliação desse perito, ser de Nível Médio que conforme o disposto no anexo 14 da NR 15 do MTE (RISCOS BIOLÓGICOS), E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO COM O ITEM 15.1.3 do “CAPUT” dessa mesma NR, no valor de 20 %, a contar do dia em que a reclamante entrou com o pedido desse benefício.

Juntam-se aos autos, fotos dos lugares onde a reclamante trabalha/ou, bem como Do PSF em que os pacientes são atendidos ou internados, e do ambiente de trabalho em geral, produtos para limpeza e descontaminação.

Esse perito recomenda ao Nobre Jugador que requeira à a Promovida que apresente os documentos comprobatórios da entrega de EPI's ao autor, devidamente assinados pelo mesmo. Sendo o caso de esses documentos apresentados, o risco diminuiria, ficando a critério do Douto Jugador a diminuição de grau médio para de grau mínimo, pois o uso desse EPI's reduzem esses riscos.

É o laudo, por ser a expressão da verdade, subscrevo o presente, para que surta seus efeitos legais.

Conceição/PB, 27 de dezembro de 2022.

  
SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA  
ENGENHEIRO MECÂNICO  
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - CONFEA nº 180.744/2013  
ADVOGADO OAB PB – 11.455

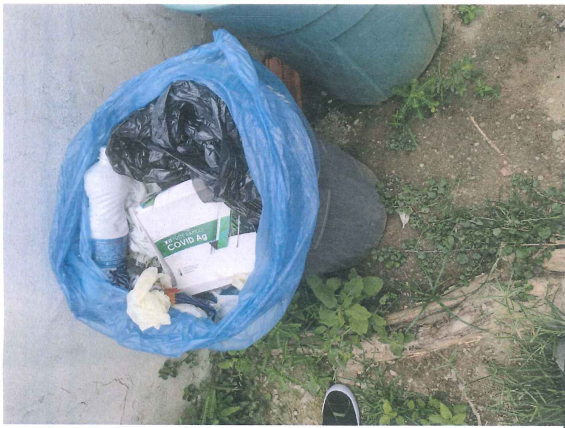
SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA  
ENGENHEIRO MECÂNICO  
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - CONFEA nº 180.744/2013  
ADVOGADO OAB PB – 11.455



**FOTOS EM ANEXO**







Pres.  
Saulo Pereira do Nascimento  
ENFERMEIRO EM TREINAMENTO  
ENFERMAGEM SECUNARIA  
REG. CONFEA 3011329-5

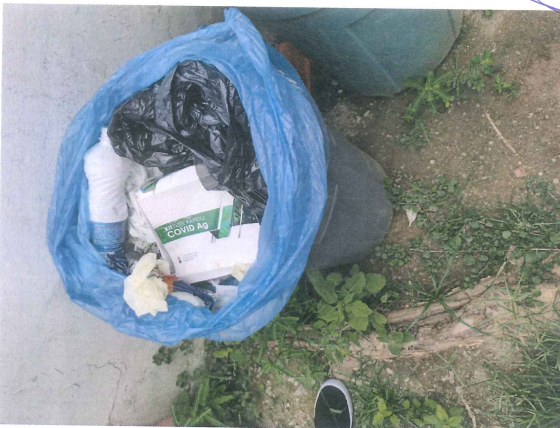


Assinado eletronicamente por: DEIJAIR VIEIRA SILVA - 09/01/2023 12:14:58

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23010912145793900000063999693>

Número do documento: 23010912145793900000063999693

Num. 67768945 - P 07



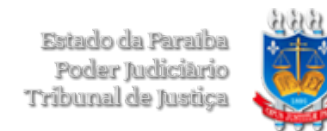
Sendo Perfeito B. Pires Pereira  
Sendo Perfeito B. Pires Pereira  
Sendo Perfeito B. Pires Pereira  
Sendo Perfeito B. Pires Pereira  
Sendo Perfeito B. Pires Pereira  
Sendo Perfeito B. Pires Pereira  
Sendo Perfeito B. Pires Pereira  
Sendo Perfeito B. Pires Pereira  
Sendo Perfeito B. Pires Pereira  
Sendo Perfeito B. Pires Pereira





Página Inicial ▶ Peritos  
(/sighop/index.jsf)

Ajuda ? (http://suporte.tjpb.jus.br)



## Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: \*

SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA

Data nascimento: \*

25/09/1956

Sexo: \*

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA

CPF: \*

168.231.504-59

Identidade: \*

4986865 \_\_\_\_\_

Órgão: \*

SSP PB

INSS/PIS/PASEP: \*

10269208728

Tipo: \*

INSS

Escolaridade: \*

Pós-graduação

Nome da mãe: \*

IRACLES BROCOS PIRES FERREIRA

Nome do pai:

WALDEMAR PIRES FERREIRA

Email: \*

pepepires17@gmail.com

Telefone: \*

(83) 99373-5982

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: \*

Água Branca

Aguiar

Alagoa Grande

Alagoa Nova

Alagoinha

Alcantil

Algodão de Jandaíra

Alhandra

Profissão \*

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Engenheiro de Segurança do Trabalho	PERICIAS	1801132585	<div><div></div><div></div></div>
Engenheiro Mecânico	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL	1801132585	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Endereço \*

CEP

58900-000

☐ Não sei o CEP

Estado \*

Paraíba (PB)

Município / Localidade \*

Cajazeiras

Bairro ?

Logradouro \*

PRAÇA GALDINO PIRES

Número \* ?

04

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios \*

Arquivo

Remover

Carteira de identidade profissional Engenheiro



Dados bancários

Banco: \*

Banco Bradesco S.A.

Agência: \*

Conta: \*

Tipo conta: \*

Anexar arquivo

SIGHOP

10537\_\_\_\_

10111560\_\_\_\_\_

Poupança

Gravar cadastro





Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2023.101.651

Requerente: Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição

Interessado: Saulo Péricles Brocos Pires Ferreira - Perito Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho - pepepires17@gmail.com

Os presentes autos versam sobre requisição de pagamento de honorários periciais, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho, Saulo Péricles Brocos Pires Ferreira, CPF 186.231.504-59, NIT/PIS 10269208728, nascido em 25/09/1956, CBO 2149-15, pela realização de perícia nos autos do processo nº. 0800779-33.2018.8.15.0151, movido por DAMIÃO VALENÇO GOUVÊA, CPF 023.275.514-04, em face do MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA-PB, CNPJ 09.0150.087/0001-58, perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição.

A Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições.- de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo pericial anexado às fls.19/26 dos presentes autos.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal - SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito, Saulo Pércles Brocos Pires Ferreira se encontra em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho, Saulo Pércles Brocos Pires Ferreira, CPF 186.231.504-59, NIT/PIS 10269208728, nascido em 25/09/1956, CBO 2149-15, pela realização de perícia nos autos do processo nº. 0800779-33.2018.8.15.0151, movido por DAMIÃO VALENZO GOUVÊA, CPF 023.275.514-04, em face do MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA-PB, CNPJ 09.0150.087/0001-58, perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 3 de julho de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



03/07/2023

Número: **0800779-33.2018.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **28/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DAMIAO VALENZO GOVEA (AUTOR)		LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO)	
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA - PB (REU)		JOSE MARCILIO BATISTA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75542833	03/07/2023 14:03	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações



Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.101.651 - referente a requisição de pagamento de honorários periciais, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho, Saulo Péricles Brocos Pires Ferreira, CPF 186.231.504-59, NIT/PIS 10269208728, nascido em 25/09/1956, CBO 2149-15, pela realização de perícia nos autos do processo em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial

